

DPMG ultrapassa a média de 7 mil atendimentos diários durante o regime especial de teletrabalho

Entre 18 de março e 31 de julho foram realizados mais de 640 mil procedimentos. Recursos tecnológicos garantem manutenção do atendimento aos cidadãos

Desde o início do regime especial de teletrabalho, em decorrência do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19, a Defensoria Pública de Minas Gerais tem intensificado sua produtividade: de 18 de março até o último dia 31 de julho a Instituição realizou 641.330 atividades jurídicas. Considerando os dias úteis no período, a média é de 7.047 procedimentos diários, representando a continuidade da prestação de serviço aos cidadãos em todo o estado.

Do total de prestações, 321.337 foram atividades judiciais, 273.665 atividades extrajudiciais, 9.313 audiências e manifestações processuais, 4.772 atividades afetas à área de Direitos Humanos e 6.971 à Criminal de Urgências. E ainda, 25.272 prestações nas áreas de Tribunais Superiores, Juizado Criminal Especial e assistência jurídico penitenciária (*veja quadro ao lado*).

Seguindo as recomendações das autoridades sanitárias, todo o efetivo de defensoras e defensores públicos tem atuado simultaneamente fazendo uso de tecnologias como videochamadas, whatsapp, email, telefone, podcast com interatividade com os assistidos e outros, sem prejuízo ao andamento dos trabalhos.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Funcionamento da DPMG – A suspensão temporária do atendimento presencial, prorrogada até 14 de agosto, segue orientações das autoridades sanitárias em proteção à saúde de assistidos e de servidores.

[Veja aqui mais informações sobre o atendimento remoto](#)

Nudem-BH completa 15 anos na defesa dos direitos da mulher e no enfrentamento da violência de gênero

PÁGINA 2

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁGINA 2-5](#)
- > Na mídia [PÁGINA 3 e 4](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 5](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 6](#)

STJ acata recurso da DPMG e honorários advocatícios podem ser executados na Vara da Infância e da Juventude

[PÁGINA 3](#)

Defensoria Pública de Minas tem direito ao recebimento integral de duodécimos, decide STF

[PÁGINA 3](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensor-geral recebe parceiros das comunidades para alinhamento do projeto “Dois contra o mundo”

No sábado, dia 1º, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, se reuniu com representantes das comunidades de Belo Horizonte integrantes do projeto “Dois contra o mundo”.

Alinhamento das diretrizes do projeto, ainda em fase de construção, foi a pauta do encontro, que aconteceu



O defensor-geral Gério Patrocínio Soares se reuniu com representantes das comunidades para traçar as diretrizes do projeto

Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG

na sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Belo Horizonte.

Como resultado do encontro foram definidos os seguintes encaminhamentos: elaboração, pela DPMG, de projeto técnico sobre a instalação de posto de atendimento nas comunidades; análise, pela área jurídica da Defensoria, de viabilidade da instalação de atendimento nas comunidades, com processos seletivos de estagiários locais; e criação, pela Escola Superior da DPMG, de programa de capacitação dos universitários para atuação como estagiários nas comunidades.

Já os representantes das comunidades ficaram de se reunir com universitários de Direito e de Assistência Social, que moram nas localidades, para levantar as principais demandas locais por áreas de atendimento da Defensoria Pública, como Família, Cível, Criminal, Direitos Humanos, Consumidor, Saúde etc.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Nudem-BH completa 15 anos na defesa dos direitos da mulher e no enfrentamento da violência de gênero

Núcleo implantado pela Defensoria Pública de Minas Gerais antecedeu a Lei Maria da Penha, cuja promulgação completou 14 anos no dia 7 de agosto

A Lei Maria da Penha, legislação que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, completou 14 anos na sexta-feira (7/8).

Um ano antes da promulgação da lei, em agosto de 2005, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) implantou o Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência Doméstica de Belo Horizonte (Nudem/BH). Sua fundação, anterior à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), demonstra a atenção da DPMG às necessidades das mulheres em Belo Horizonte e o pioneirismo da iniciativa.

Atualmente a Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH) está instalada na Unidade III da DPMG na Capital, à Rua Araguari, 210.

Com uma equipe multidisciplinar, composta por defensoras públicas, assistente social e psicóloga, o Nudem-BH realizou quase 3.500 atendimentos durante o regime especial de trabalho remoto, implantado em decorrência da pandemia de Covid-19, entre 18 de março e 6 de agosto.

As demandas mais frequentes são relativas a medidas protetivas de urgência.

Além de orientações jurídicas relativas às demandas judiciais e extrajudiciais, postulação e acompanhamento de medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei nº 11.340/2006, e elaboração de ações iniciais de família, o Nudem-BH faz encaminhamentos para outros órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, acompanhamento psicossocial e tem atuação extrajudicial, com participação em seminários, palestras, cursos, rodas de conversa e outros eventos de educação em direitos.

Além de Belo Horizonte, o Nudem está instalado nas comarcas de Araguari, Contagem, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros e Varginha.

[Conheça mais sobre a história do Nudem-BH](#)

NA MÍDIA

Núcleo da Defensoria Pública que atende mulheres vítimas da violência completa 15 anos

[AGÊNCIA MINAS](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas tem direito ao recebimento integral de duodécimos, decide STF

Em sessão realizada na quinta-feira (6/8), o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a obrigatoriedade do repasse de duodécimos referentes à dotação orçamentária da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A maioria dos ministros julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 384.

No julgamento da ADPF 384 pelo plenário prevaleceu o entendimento de que a autonomia funcional e administrativa das Defensorias Públicas impede a retenção indevida de duodécimos pelo Poder Executivo e configura violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal.

Ao retomar o julgamento, o plenário decidiu transformar em análise de mérito o referendo à medida cautelar deferida pelo relator, ministro Edson Fachin, em fevereiro de 2016. Naquela oportunidade, o relator determinou ao Governo de Minas Gerais o repasse dos recursos correspondentes às dotações

orçamentárias da Defensoria Pública do Estado em duodécimo até o dia 20 do mês correspondente, nos termos do artigo 168 da Constituição Federal.

Edson Fachin ressaltou na sessão desta quinta-feira que sua liminar foi deferida em 2016, muito antes, portanto, do contexto econômico e social decorrente da crise do novo coronavírus. Para o ministro, a falta ou a redução de repasses à Defensoria Pública compromete o acesso à Justiça e o dever estatal da prestação da assistência jurídica integral e gratuita, nos termos de diversos incisos do artigo 5º da Constituição Federal.

A ministra Cármen Lúcia, que na retomada do julgamento proferiu o voto-vista, acompanhou o relator. Segundo ela, o Executivo mineiro tem cumprido integralmente a liminar. Também acompanharam o voto do relator a ministra Rosa Weber e os ministros Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

STJ acata recurso da DPMG e honorários advocatícios podem ser executados na Vara da Infância e da Juventude

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao recurso especial da Defensoria Pública de Minas Gerais para permitir que a verba sucumbencial devida a ela pelo município de Divinópolis (MG) seja executada nos autos de processo que tramitou na Vara da Infância e da Juventude.

A Defensoria de Minas recorreu ao STJ após a primeira instância, quando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais entendeu que a execução dos honorários tem natureza patrimonial e não se insere nas competências da Vara da Infância e da Juventude previstas no artigo 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), devendo essa execução ocorrer em Vara da Fazenda Pública.

No recurso especial ao STJ, a Defensoria argumentou que o Código de Processo Civil (CPC) e a Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) autorizam a execução da verba sucumbencial nos próprios autos em que o título executivo foi formado, sem que isso implique desvirtuamento da competência da Vara da Infância e da Juventude.

[Matéria na íntegra](#)

[Leia o acórdão](#)



NA MÍDIA

Defensoria de MG ultrapassa média de 7 mil atendimentos diários durante pandemia

[Portal CNJ](#)

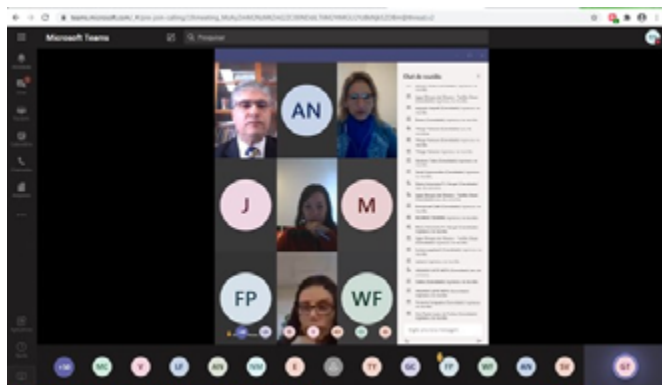
Defensoria Pública mineira monitora sistemas prisional e socioeducativo durante pandemia

[Portal CNJ](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Reunião semanal da DPMG de monitoramento dos sistemas prisional e socioeducativo tem participação do secretário adjunto da Sejusp

Na reunião, realizada no dia 5 de agosto, entre a Defensoria Pública-Geral e as defensoras e defensores públicos que atuam nas áreas Criminal, Urgência Criminal, Execução Penal e Infância e Juventude – Ato Infracional da DPMG contou com a participação do secretário adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Gustavo Tostes.



As reuniões entre as defensoras e defensores públicos são realizadas semanalmente, com o objetivo de acompanhar as mudanças no cenário e sugerir medidas para o monitoramento do impacto do coronavírus entre a população carcerária e em cumprimento de medida socioeducativa.

Durante o encontro desta semana, além da atualização do monitoramento da DPMG no sistema prisional mineiro, foi discutida também a situação das unidades femininas e tratadas diversas demandas dos defensores públicos no âmbito do sistema penal.

Essa foi a sexta reunião virtual dos defensores que atuam nas áreas citadas com o objetivo de acompanhar o impacto do coronavírus nos sistemas prisionais e socioeducativo.

Como nos encontros anteriores, participaram cerca de 80 defensoras e defensores públicos mineiros.

Defensoria Pública de Minas emite recomendação para assegurar alimentação escolar em Novo Cruzeiro

A DPMG emitiu recomendação à Secretaria Municipal de Educação de Novo Cruzeiro solicitando a adoção de medidas para manutenção do direito à alimentação adequada dos alunos da rede pública municipal de ensino durante a emergência sanitária decorrente do novo coronavírus.

No documento, assinado pelo defensor público e coordenador local em Novo Cruzeiro, Rafael Vittorazze Azola, a DPMG alega que com a “suspensão das aulas presenciais diversas crianças e adolescentes deixaram de realizar suas refeições diárias nas unidades de ensino e, por consequência, tiveram significativo prejuízo em seus aportes nutricionais, imprescindíveis para o seu desenvolvimento sadio”.

O defensor argumenta que “na maioria dos casos, por suas famílias serem hipossuficientes e não disporem de condições suficientes para a manutenção da alimentação, os alunos encontram na escola a sua única fonte de alimentação”.

Diante disso, a Defensoria mineira recomendou à Secretaria de Educação de Novo Cruzeiro a distribuição de gêneros alimentícios e/ou transferência de renda, correspondentes ao número de refeições normalmente realizadas na escola, para todos os alunos da educação básica da rede pública municipal.

Na recomendação administrativa, datada de 31 de julho, a DPMG solicita ao órgão retorno a respeito das ações adotadas no prazo de dez dias.

[Leia aqui a recomendação](#)



NA MÍDIA

Defensoria Pública prorroga atendimento virtual durante pandemia em Minas

[Portal G1 Minas](#)

Defensor público fala sobre situação dos atingidos por risco de rompimento de barragem em Macacos

[Jornal Band Minas](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Projeto ‘Caminho para o Recomeço’ faz mais uma entrega a famílias em situação de vulnerabilidade

O projeto “Caminho para o Recomeço”, iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Conselheiro Lafaiete, fez no mês de julho mais uma entrega de cestas básicas, desta vez a 39 famílias de pessoas em cumprimento de pena ou presas provisórias.



Voluntária do projeto faz entrega de cestas em Conselheiro Lafaiete

A ação, que tem também a participação da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG, auxilia na subsistência de famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário, em situação de vulnerabilidade financeira.

As cestas são compostas de alimentos não perecíveis, legumes, frutas, panetone, balas e biscoitos. A primeira ação foi feita em junho, alcançando 40 famílias. O objetivo é, com uma entrega a cada mês, prestar apoio a este grupo de cidadãos em vulnerabilidade enquanto perdurar a crise socioeconômica provocada pela pandemia de Covid-19.

São parceiros da ação o presídio local de Conselheiro Lafaiete, a Apac e o projeto social “Rede Família”, realizado pelo Ministério Público em conjunto com diversas entidades beneficentes do município. Também apoiaram o projeto: Servas, Movimento Familiar Cristão, Super Cesta Básica de Alimentos e Mesa Brasil Sesc.

[Matéria na íntegra](#)

ESDEP INFORMA

4º Congresso de Direito Ambiental – submissão de trabalhos até 10/8

Está aberta chamada para submissão de trabalhos acadêmicos para apresentação oral e publicação referente ao 4º Congresso de Direito Ambiental – “Pandemias e endemias e os impactos nas cidades”.

Promovido pelo Projeto de Extensão RE-HABITARE/UMFG, GEDA/UFMG e NEPAC/UFOP, o evento acontece entre os dias 9 e 13 de novembro de 2020, por via remota.

[Veja aqui mais informações](#)

MUNDO OFICIAL

Defensora pública faz visita institucional ao 25º BPM, em Sete Lagoas

A defensora pública Nívea Lacerda, em atuação em Sete Lagoas, fez uma visita ao 25º Batalhão de Polícia Militar no dia 3 de agosto. Estreitar os laços entre a PMMG e Defensoria Pública de Minas Gerais em Sete Lagoas foi o objetivo do encontro.

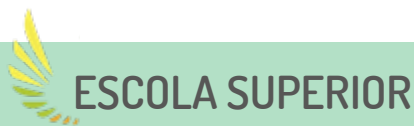
Durante a visita institucional de cortesia, em que a defensora pública foi recebida pelo comandante do 25º BPM, tenente coronel Marinho, houve o hasteamento da Bandeira Nacional.



COMUNICADO INTERNO

Nota de falecimentos

A Defensoria Pública de Minas Gerais manifesta pesar pelos falecimentos, nessa semana, de Victoria Newman Serqueira de Araújo, filha do defensor público Frederico Newman Figueiredo de Araújo, coordenador local em Sete Lagoas, e da senhora Maria Ângela Baia Pereira, mãe do defensor público Frederico Baia Pereira.



Atuação da Defensoria no Tribunal de Justiça Militar foi o tema da live da Esdep da semana

“Atuação da Defensoria no Tribunal de Justiça Militar: Cível e Criminal” foi o tema da live promovida pela Defensoria Pública de Minas Gerais, no dia 6 de agosto.

Participaram do debate os defensores públicos de Minas Gerais, Silvana Lobo e Marcos Lourenço Capanema de Almeida.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

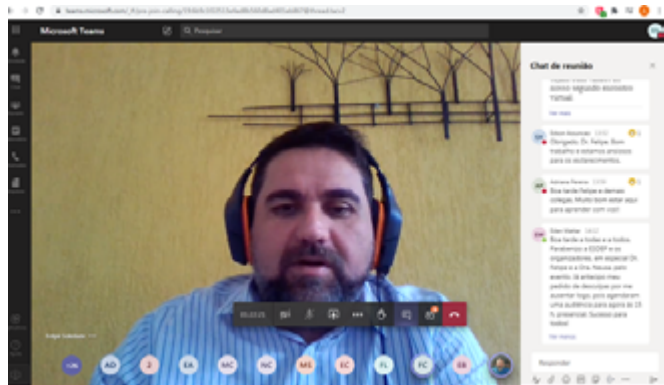


A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.

Debate sobre gratuidade de Justiça marca 3º encontro da série “Diálogos com as Desits”

“Gratuidade de Justiça na Jurisprudência Cível” foi o tema do terceiro encontro virtual da série “Diálogos com as Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep) no dia 7 de agosto.

A conversa foi conduzida pelo defensor público



Felipe Soledade, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits-CI). Cerca de 80 defensoras e defensores públicos que atuam nas primeira e segunda instâncias e nos tribunais superiores trocaram experiências e considerações sobre questões como gratuidade da Justiça das pessoas física e jurídica, comprovação da hipossuficiência, precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e curadoria especial e gratuidade judiciária, além de questões de ordem processual, entre outros pontos.

No próximo dia 14/8, a quarta edição da série “Diálogos com as Desits” abordará “Temas Criminais em que os recursos da DPMG vêm obtendo êxito”, com os defensores públicos Flavio Lellis, Renan Costa, Rachel Tolomelli e Flavio Wandek. A mediação será feita pela defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG

SIGA-NOS:



[@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br